

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

CASA GUILHERME DE ALMEIDA: CAMINHOS DE MUSEALIZAÇÃO

GUILHERME LOPES VIEIRA*

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Este estudo pretende discutir os caminhos da musealização presentes na formação do espaço de memória institucionalizado que homenageia o escritor paulista Guilherme de Almeida (1889-1969). Para tanto, discutir-se-á mais explicitamente a participação dos responsáveis pela musealização, pensando os diversos fatores atrelados à sua aplicação, no âmbito das políticas públicas de valorização de um personagem.

O que se pretende neste estudo de caso, é problematizar as articulações dos personagens de forma historicizada, elencando assim suas motivações, que se pautaram, evidentemente, sob os interesses do seu presente. Os atores concretos do poder público desse processo político foram pensados em suas diversas dimensões: tanto social como cultural, tanto individual como “relacional”, tendo em vista que o Estado, nesse raciocínio, como ser independente, não existe e, portanto, “não atua”:

[...] Son hombres muy concretos los que desempeñan todas estas funciones del Estado. Por consiguiente, si bien es imprescindible saber qué quiere decir 'administración pública' en la cultura política de los distintos países y diferentes épocas del proceso de creación estatal, no es menos necesario indagar sobre quiénes son los “administradores” (LEMPERIERE, 2007:55).

Mas tal movimento, pautado exclusivamente na homenagem do sujeito, ao imortalizá-lo o mitifica, abdicando da possibilidade de pensá-lo como sujeito histórico que, quando está inserido em seu tempo, apresenta certas ambiguidades e contradições inerentes à experiência humana. Este que é um processo administrativo, no âmbito da política, proposto por agentes do Estado¹, ao realizá-lo, optam pela sacralização do sujeito retratando-o como um dos heróis do seu passado.

* Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Mestrando em História.

¹ Estado, entendido em sua constituição atual, que cria demandas e artifícios sofisticados, naturalizados na forma em que a sociedade contemporânea os enxerga. Portanto, entendido “[...] en el sentido más estricto de la palabra la organización constitucional y la jerarquía de las normas jurídicas, los poderes públicos y los aparatos administrativos que les permiten actuar en calidad de tales [...]” (LEMPERIERE, 2007: 52).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

2

Para tanto se faz necessário ter em vista que a musealização, além de um processo teórico-metodológico, é um ato político, principalmente quando temos como objeto de análise um museu público. No caso analisado, a fabricação² do museu, a princípio, está associada à noção de preservação da memória de um sujeito de relevo na história local. Algo que por si só poderia justificar uma musealização. O que se verá a seguir diz respeito às articulações exteriores, que criam de fato esse espaço que foi escolhido para ser um museu-casa.

Este museu está baseado na relação entre os artefatos utilizados pela família Almeida, no acervo, artístico e bibliográfico, colecionado e na produção do escritor, tanto como ensaísta e tradutor como intelectual engajado político e culturalmente. Fatores que, em certa medida, estão vinculados aos principais episódios históricos, sediados em São Paulo, ao longo do século XX, por terem sido vividos especificamente nesse período, e que são explorados a todo o momento no discurso expositivo elaborado para o museu, portanto utilizados como argumento para a musealização.

Durante a década de 1970, após o falecimento do escritor³ em sua residência, conhecida como “Casa da Colina⁴”, agentes políticos, tais como os governadores arenistas Roberto de Abreu Sodré (1917-1999), Laudo Natel (1920) e Paulo Egydio Martins (1928), deram prosseguimento ao processo que musealizou o imóvel, que culminou na fundação da Casa Guilherme de Almeida, em 1979.

2. CAMINHOS DA MUSEALIZAÇÃO: AGENTES MUSEALIZADORES

² A trajetória metodológica para a análise da fabricação desse museu-casa, pauta-se na obra de Regina Abreu (1996: 18), na medida em que a autora apresenta aspectos preeminentes da montagem de uma sala expositiva do Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 1936, que surgiu, a partir da doação da coleção Miguel Calmon du Pin e Almeida. Na oportunidade, a doadora Alice de Porciúncula, viúva de Miguel Calmon, com o intermédio de seu sobrinho, Pedro Calmon, funcionário do Museu Nacional, pautada na tentativa de perpetuação da memória de seu marido, doou e organizou parte de sua coleção. Portanto, assim como o caso apresentado aqui, os familiares tinham como objetivo construir um projeto memorialístico que salientasse os aspectos valorosos da vida do homenageado, constituindo, em última instância, uma biografia gerenciada.

³ De acordo com a reportagem intitulada “O último verso: ‘Em mim, sem mim, fim’”, o escritor faleceu por conta das complicações provenientes de uma crise de uremia, que durou certa de um mês (Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Primeiro Caderno, p. 1).

⁴ Em 1946, a família Almeida fixou residência na Rua Macapá, em São Paulo. A alcunha foi criada através dos “Dez versos para a Casa da Colina”, publicados em “Poesia Varia” (1944-1947), que indica, entre eles, que a “[...] A casa na colina é clara e nova/ A estrada sobe, para, olha, um instante, e desce/ Na luz feita de cal e telhas frescas” (ALMEIDA, 1952, p. 99-100).

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

3

Em 11 de julho de 1969, aos setenta e oito anos, após complicações na saúde que duraram cerca de um mês, o escritor Guilherme de Almeida faleceu em sua residência, dois dias após as comemorações da Revolução de 32, no feriado de 9 de julho⁵. Difusor de um pretendido orgulho paulista, Almeida dedicou grande parte de sua produção intelectual às temáticas do bandeirantismo e, principalmente, de um almejado paulistanismo épico⁶.

Guilherme de Andrade de Almeida foi um influente escritor brasileiro do início do século XX, membro da Academia Brasileira de Letras (BOSI, 2013: 397) e do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (FERREIRA, 2002: 107), com participação na organização e divulgação da Semana de Arte Moderna de São Paulo, em 1922, como um dos autores de “compromisso” do movimento paulista (CANDIDO 1999: 69; 74).

Almeida também atuou na guerra civil, difundida como Revolução Constitucionalista de 32, que movimentou grande parte do Estado de São Paulo entre os meses de julho e outubro de 1932. Durante os combates, foi editor do periódico “*Jornal das Trincheiras*”⁷ e soldado raso, voluntário, participante da 2ª. Companhia, do 1º. Batalhão, da Liga de Defesa Paulista, que seguiu em 22 de julho para os conflitos em Cunha/SP⁸, juntamente com o mecenas René Thiollier e Tácito de Almeida, seu irmão (CASTRO, 1934: 48-49; 64-65).

Nascido em Campinas, interior de São Paulo, em 24 de julho de 1890 (MELO, 1954: 30-31), bacharelou-se em Ciências Jurídicas e Sociais, entre 1908 e 1912, na Faculdade de Direito de São Paulo, no Largo São Francisco (BARROS, 1982, p. 3-4; FERREIRA, 2002, p. 248). Casou-se em 1923, com a Srta. Belkiss Barrozo do Amaral, mais conhecida como Baby,

⁵ Segundo a reportagem, “[...] (a bandeira paulista hasteada em sua casa, no 9 de Julho a seu pedido, nas últimas horas de vida, é um símbolo de uma personalidade e de uma existência), seus poemas piratininganos, Acalanto de Bartira e outros, as manifestações do bravo soldado. Jamais se rendeu: sabia que, lutando por São Paulo, lutava pelo Brasil, o autêntico, complexo, vasto e desinfeliz, realidade em mil planos, Brasil que clama pela complementação da obra dos paulistas – criatura chamando o criador” (Estado de S. Paulo, 02 ago. 1969. Suplemento Literário, p. 3).

⁶ De acordo com a reportagem que cobria o sepultamento do escritor Guilherme de Almeida, indica a fala do governador Abreu Sodré “[...] Em verdade, o governo do Estado deve essa homenagem à memória do insigne cultor de letras que, escritor, jornalista, crítico, incomparável tradutor, profundo conhecedor de Heráldica, foi sobretudo poeta e, particularmente, o poeta cívico, patriótico e que, como ninguém, soube exprimir em versos o amor à sua terra, contar os seus eventos mais significativos, perpetuar sua glória em dísticos de grande força expressiva” (Ibidem, 24 jul. 1969. Geral, p. 6). Pericles Eugenio da Silva Ramos, membro da Academia Paulista de Letras, durante a cerimônia de sepultamento de Guilherme de Almeida comentou que “[...] essa tonalidade de sua poesia chegou a soar como épica em 1932, quando os versos de Guilherme refletiam arraigadamente o desejo de constitucionalização que São Paulo tinha” (Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Folha Ilustrada, p. 1).

⁷ Cf. *Jornal das Trincheiras*, 8 set. 1932, Número 8, p. 1.

⁸ Cf. Estado de S. Paulo, 12 jul. 1969. Geral, p. 12.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

4

tendo no ano seguinte, seu único filho, o rapaz Guy Sérgio Haroldo Estevam Zózimo Barrozo de Almeida⁹.

No que diz respeito à sua atuação política, além da presidência da Comissão do IV Centenário (LOFEGO, 2004: 12-13), pode-se destacar também sua atuação, de forma interina, na Divisão de Expansão Cultural da Prefeitura de São Paulo¹⁰, durante a gestão do prefeito Dr. Francisco Prestes Maia, em substituição a Mário de Andrade, que na oportunidade o chamou de “amigo do Palácio”¹¹.

Pode-se destacar também sua participação como chefe de gabinete¹², do então prefeito Lineu Prestes, no exercício da função de Secretário, tanto da Escola Normal “Padre Anchieta”, como no Conselho Estadual de Bibliotecas e Museus¹³, e, em seus últimos meses de vida, quando esteve incumbido da formação do Museu Histórico de Campinas, como Assessor de Museologia¹⁴, contratado pelo município interiorano.

Esses elementos o tornaram conhecido popularmente como o poeta de São Paulo, poeta soldado e Príncipe dos Poetas¹⁵. Tais características impulsionaram ao longo de sua vida uma intensa atuação política que o colocou em contato com os principais personagens do período, como é o caso, em 1960, a convite do então Presidente da República, o Sr. Juscelino Kubitschek, devido à inauguração da nova capital brasileira, a oportunidade de compor a “Prece Natalícia à Brasília” e elaborar o desenho heráldico do Distrito Federal¹⁶.

⁹ Cf. Estado de S. Paulo, 12 jul. 1969. Geral, p. 12.

¹⁰ Cf. Estado de S. Paulo, 10 mai. 1940. Geral, p. 7.

¹¹ Mário de Andrade em correspondência com Sérgio Milliet, em 4 de julho de 1939, escreveu “[...] mesmo que o prefeito me aceitasse, eu é que não o iria botar [Milliet] em dificuldade por causa do Guilherme, amigo do Palácio. Tudo situações inaceitáveis, em que apenas peço discricção a você do que estou lhe contando, pois que, pra todos os efeitos quero continuar aparentemente adido ao gabinete do Ministro aqui, sempre na esperança de qualquer movimento político aí que me permita voltar pra minha chefia de Divisão” (DUARTE, 1985, p. 322).

¹² De acordo com o processo n. 3.835, de 1950, referente ao Projeto de Lei n. 357/1950, da Câmara Municipal de São Paulo, durante a gestão de Lineu Prestes, conforme consta no Ofício no. 295, do gabinete do prefeito (Ibidem, p. 61), do dia 17 de março de 1950, Guilherme de Almeida apresentava-se como chefe de gabinete do prefeito.

¹³ Cf. Estado de S. Paulo, 12 jul. 1969. Geral, p. 11-12; Idem, 11 jan. 1945. Geral, p. 8.

¹⁴ Cf. Idem, 31 jan. 1969, p. 8. No decreto-lei nº 3752, de 29 de janeiro de 1969, é criado “[...] um cargo de Assessor de Museologia no Q.A. na Prefeitura Municipal [...] Em caso de falecimento do ocupante sua viúva terá direito a uma pensão mensal equivalente a 80% dos vencimentos”.

¹⁵ Cf. Poeta de São Paulo: Estado de S. Paulo, 11 mar. 1969. Geral, p. 3; Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Folha Ilustrada, p. 1; Poeta Soldado: Cf. Estado de S. Paulo, 09 jul. 1969. Geral, p. 22; Ibidem, 26 jan. 1960. Geral, p. 12; Príncipe dos Poetas: Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Folha Ilustrada, p. 1.

¹⁶ Cf. Estado de S. Paulo, 23 abr. 1960. Geral, p. 3; Idem, 13 mai. 1960. Geral, p. 12.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

5

Da mesma forma, este prestígio entre as lideranças políticas pode ser exemplificado durante os eventos de seu sepultamento, em 1969¹⁷. A cerimônia teve início com a exposição do caixão em câmara ardente na Academia Paulista de Letras, sob orientação de seu presidente o Sr. Pedro de Oliveira Neto, seguida de carreta acompanhada por escolta motorizada e cavalaria até o Mausoléu dos Combatentes de 32¹⁸. Na oportunidade, o então Governador do Estado de São Paulo Abreu Sodré¹⁹ e o Prefeito Paulo Maluf, autorizaram o sepultamento de Almeida no Mausoléu dos Combatentes de 1932.

Deve-se evidenciar tal liberação, haja vista que os demais sepultamentos neste local restringiram-se aos soldados que faleceram em decorrência direta dos combates, fato que não ocorreu com Almeida. Após ter recebido a notícia do falecimento do escritor, o então Governador Abreu Sodré teria cancelado uma viagem que faria ao Rio de Janeiro naquela data. O Governador se deslocaria para a cidade carioca para participar das homenagens destinadas ao Prof. Marcelo Caetano, presidente do Conselho de Ministros de Portugal. O mesmo que, dois dias antes, visitou o poeta Guilherme de Almeida momentos antes de seu falecimento em sua residência²⁰.



Imagem 2- Sodré (1), carregando caixão do escritor, na Catedral da Sé, em São Paulo. (Arquivo Público do Estado – BR_APESP_SEGOV_ICO_NEG_2152_12, grifo nosso)

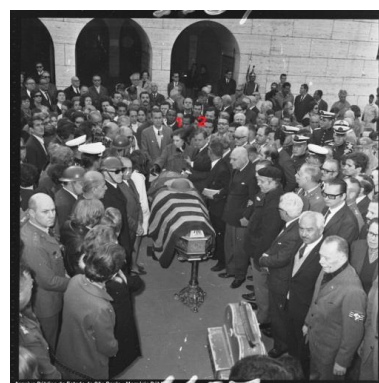


Imagem 1 – Belkiss (1) e Sodré (2), no Mausoléu de 32, ao lado do caixão do escritor. (Arquivo Público do Estado – BR_APESP_SEGOV_ICO_NEG_2152_18, grifo nosso)

¹⁷ Cf. Estado de S. Paulo, 12 jul. 1969. Geral, p. 12.

¹⁸ Cf. Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Folha Ilustrada, p. 1.

¹⁹ Cf. Decreto nº 52.162, de 11 de julho de 1969.

²⁰ Cf. Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Folha Ilustrada, p. 1.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

6

Na oportunidade, Abreu Sodré cogitou despender uma pensão²¹ para a viúva Baby de Almeida e, em seguida, estabeleceu três dias de luto oficial em todo o Estado de São Paulo²². Estiveram presentes na cerimônia Dom Agnelo Rossi, Arcebispo de São Paulo, o Sr. José Canavarro Pereira, Comandante do II Exército, José Felício Castel'ano, Secretário da Promoção Social do Governo do Estado, Orestes Quércia, então Prefeito de Campinas, cidade natal de Almeida, Raimundo Menezes, Presidente da União Brasileira de Escritores, substituto de Almeida na Academia Paulista de Letras e um dos incentivadores da musealização do conjunto de Almeida e, por fim, os escritores Menotti Del Picchia, Maria de Lourdes Teixeira e Ibrahim Nobre²³.

Dentre os depoimentos recolhidos para a reportagem intitulada: “São Paulo perde seu maior poeta” publicada na Folha de São Paulo, durante a cerimônia, destacam-se as palavras do Secretário da Fazenda e do Governador do Estado de São Paulo, reproduzidas a seguir.

O Secretário Luís Arrobas Martins, disse:

[...] A morte de Guilherme de Almeida não significa apenas a perda, para São Paulo do homem que, no presente, melhor representava e defendia as mais genuínas tradições da terra bandeirante, significa – para São Paulo e para o Brasil – o desaparecimento de um dos seus maiores poetas de todos os tempos. Mais que isso, Guilherme de Almeida era incontestavelmente, na atualidade da nossa língua e, sem dúvida, o maior ‘virtuoso’ do verso em Português. A perda é, portanto, de todo o mundo de língua portuguesa. Eu, pessoalmente, perco um velho e querido amigo que muito admirava (Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Folha Ilustrada, p. 1, grifo nosso).

Ressaltando os laços de amizade, o então Governador do Estado, Roberto de Abreu Sodré, disse:

[...] Recebi, com o mais profundo pesar a notícia do falecimento de Guilherme de Almeida. Está de luto o povo paulista e a cultura brasileira. Guilherme de Almeida cuja amizade tive a honra de desfrutar desde minha adolescência, marca a presença de sua sensibilidade, cultura e inteligência em todos os lances da história contemporânea do Brasil, que ele viveu intensamente. Poeta-combatente em 32, cantor de epopeia dos ‘pracinhas’, na guerra antifascista e antinazista; poeta-celebrante, com o seu poema de inauguração de Brasília, ele deixa um exemplo de total devotamento à poesia, à cultura, à língua pátria, morrendo pobre. A sua memória e a sua obra, são imperecíveis (Ibidem, grifo nosso).

²¹ O decreto-lei nº 136, de 13 de julho de 1969, define que foi concedida à Sra. Almeida “[...] pensão mensal, intransferível e enquanto perdurar o seu estado de viuvez, correspondente ao valor da referência atribuída ao cargo de Professor Catedrático (Filologia e Língua Portuguesa) da Universidade de São Paulo. Cf. Estado de S. Paulo, 24 jul. 1969. Geral, p. 16.

²² Decreto nº 52.161, de 11 de julho de 1969. Cf. Folha de S. Paulo, 12 jul. 1969. Folha Ilustrada, p. 1.

²³ Cf. Estado de S. Paulo, São Paulo, 12 jul. 1969. Geral, p. 11.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

7

Nesse mesmo sentido, outra movimentação que não pode passar despercebida diz respeito ao próprio engajamento político na montagem do museu que homenageia os feitos desse escritor paulista. Durante os anos da gestão do Governador arenista Roberto Abreu Sodré, entre 1967 e 1971, pode-se perceber um intenso incentivo do poder público em ações culturais ligadas à criação de museus estaduais. Diante dessa tendência capitaneada pelo poder público, dois agentes emergem em todas as relações estabelecidas. Trata-se do agente político, o então secretário da Fazenda, o Sr. Luis Arrobas Martins e de sua agente técnica, a Sra. Waldisa Pinto Russo²⁴, que atuava na equipe de Martins, no planejamento do Governo do Estado²⁵.

O governador Abreu Sodré delegou a seu secretário Martins a superintendência do Grupo Executivo de Organização do Centro Estadual de Cultura (GEOCEC), cujo projeto propunha, através de uma reforma administrativa, repensar, entre outras questões, a gestão de acervos históricos e artísticos de São Paulo. Para tal atividade, o Conselho dispunha de um orçamento superior à verba destinada à Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo²⁶. O GEOCEC, a princípio, seria instalado no Palácio dos Campos Elíseos e abrigaria vários órgãos e departamentos do Centro Estadual de Cultura, todos subordinados a Martins²⁷. Ali funcionariam, por exemplo, a Cinemateca Brasileira (direção), o Museu da Imagem e do Som, o Salão Permanente de Exposições, além de cursos permanentes de artes cênicas e visuais²⁸.

Em outubro de 1970, durante a cerimônia de sua posse como membro do conselho do Tribunal de Contas do Estado, o conselheiro Camilo Aschar discursou, dando prosseguimento à entrada de Arrobas Martins ao Tribunal. Na oportunidade, o orador Aschar, na presença de

²⁴ Prof. Dr. Waldisa Russo, criou em 1978, em São Paulo, o curso de pós-graduação em Museologia. Advogada de formação, iniciou sua contribuição na organização tanto do Conselho Estadual de Cultura, em 1968, como no Museu de Arte Sacra de São Paulo, em 1969, e no Museu da Casa Brasileira, em 1970, atuando nas diversas atividades jurídicas e administrativas para a criação desses espaços. No que consiste a sua formação acadêmica, realizada entre 1977 e 1980, na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), destacam-se suas pesquisas, que além de tratarem de temas voltados a museologia, foram compostas no mesmo período em que exerceu a função de Diretora Técnica do Museu da Casa Brasileira, entre 1970 e 1975, e de Assistente Técnica para museus, ligada a Secretaria de Cultura, Ciência e Tecnologia, do Estado de São Paulo. Cf. Folha de São Paulo, São Paulo, 3 de jul. 1990. Cidades, C-3.

²⁵ Cf. Folha de São Paulo, 3 de jul. 1990. Cidades, C-3.

²⁶ Cf. Estado de S. Paulo, 11 jan. 1970. Geral, p. 26;

²⁷ Cf. Folha de S. Paulo, 9 jan. 1970. Ilustrada, p. 23.

²⁸ Cf. Folha de S. Paulo, 10 jan. 1970. Ilustrada, p. 18; Estado de S. Paulo, 28 nov. 1967. Geral, p. 46; Idem, 08 jan. 1970. Geral, p. 13; Idem, 11 jan. 1970. Geral, p. 26; Idem, 29 out. 1970. Geral, p. 22; Idem, 01 nov. 1970. Geral, p. 18.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

8

diversos políticos estaduais e municipais, indicou ter acompanhado, por cerca de trinta anos, a carreira “jurídica, política, administrativa e cultural” de Martins, tanto como um “homem de cultura humanística” e “amigo e propulsor das artes” como na:

[...] *ideia-mater do Museu de Arte Sacra de São Paulo, a idealização do Museu de Imagem e Som, do Museu do Mobiliário Artístico e Histórico Brasileiro [Museu da Casa Brasileira] e (recentissimamente criado) do Centro Estadual de Cultura e do melhor aproveitamento do Palácio do governo, em Campos do Jordão, transformando em centro de atração artística e turística, objetivando projeção internacional* (Estado de S. Paulo, 22 out. 1970. Geral, p. 22)

Como indicado, Arrobas Martins teve participação em importantes ações culturais, articulando agentes civis e políticos. O advogado foi professor-assistente da Faculdade de Direito de São Paulo²⁹, membro da Academia Paulista de Letras³⁰ e presidente da Academia Paulista de História³¹, além de ter sido um dos fundadores e membro da direção estadual da União Democrática Nacional (UDN)³².

Além de pertencer à sua gestão, Martins possuía ligações familiares com o Sr. Roberto Costa de Abreu Sodré, Governador do Estado de São Paulo. Arrobas Martins era casado com a sobrinha de Sodré, a Sra. Maria Alice Sodré Lombard Arrobas Martins, filha de Renato José Lombard e D. Maria Alice Sodré Lombard, irmã de Roberto Sodré³³.

Outro ponto que se deve destacar na biografia de Martins diz respeito à sua atuação junto à direção do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM). Em maio 1974, Arrobas Martins foi eleito vice-presidente do Sr. Joaquim Bento Alves de Lima Neto, que se tornou presidente do MAM, elegendo conjuntamente na sua chapa, na oportunidade como tesoureiro, o Sr. Flávio Pinho de Almeida³⁴. Sobrinho do escritor homenageado pelo museu-casa, era filho de Tácito de Almeida, irmão do escritor, com Guilhermina Pinho de Almeida. Assim como Martins, Flávio possuía ligações familiares com Sodré, pois o futuro governador, era casado com a Sra. Maria do Carmo Melão de Abreu Sodré, prima de Flávio³⁵.

²⁹ Cf. Estado de S. Paulo, 22 out. 1970. Geral, p. 22.

³⁰ Cf. Estado de S. Paulo, 14 out. 1973. Geral, p. 33.

³¹ Cf. Estado de S. Paulo, 27 mai. 1977. Geral, p. 31.

³² Cf. Folha de S. Paulo, 06 fev. 1975. Primeiro Caderno, p. 4.

³³ Cf. Estado de S. Paulo, 29 mai. 1973. Geral, p. 18; Idem, 16 jul. 1958. Geral, p. 9.

³⁴ Cf. Estado de S. Paulo, 31 mai. 1974. Geral, p. 8.

³⁵ Cf. Estado de S. Paulo. 16 jun. 1968. Geral, p. 27.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

9

Em dezembro de 1974, Martins tornou-se presidente temporariamente do MAM, em consequência do falecimento de Joaquim Neto. Passou posteriormente, em janeiro de 1975, a presidência³⁶ para Flávio de Almeida, na oportunidade com 52 anos, e com experiência na área cultural, proveniente da Fundação Padre Anchieta onde foi diretor, e do Centro Estadual de Civismo e Cultura³⁷, em que foi conselheiro e também diretor³⁸. Para fazer parte do Conselho Consultivo do Centro, Almeida foi escolhido pelo então Secretário da Cultura, o Sr. Pedro de Magalhães Padilha, que por determinação do governador Laudo Natel recrutava “[...] as mais expressivas figuras da iniciativa privada, homens empenhados no crescimento de São Paulo”³⁹.

A proximidade de Flávio de Almeida e Arrobas Martins deve ser evidenciada na medida em que a musealização do imóvel de Guilherme e Baby de Almeida contou não apenas com um ambiente político favorável, mas também com a participação de seus familiares que já possuíam engajamento em instâncias culturais. No caso, há dois agentes familiares envolvidos diretamente no processo que musealizou o conjunto, que devem ser evidenciados: o Sr. Antônio Joaquim de Almeida, irmão de Guilherme, e o Sr. Flávio Pinho de Almeida, seu sobrinho.

Primeiramente, pontua-se Antônio de Almeida, que teve uma destacada atuação no campo museológico mineiro como fundador e diretor do Museu do Ouro, em Sabará/MG e, concomitantemente a este cargo, durante a chefia do 3º. Distrito do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), em Minas Gerais⁴⁰, perpassando as adequações administrativas do órgão ao longo dos anos. Em 1971, dois anos após o falecimento do seu irmão, diretamente envolvido na musealização, Antônio, entrou em contato com a viúva

³⁶ Cf. Estado de S. Paulo, 20 dez. 1974. Geral, p. 10; Folha de S. Paulo, 19 jan. 1975. Cad. Domingo, p. 36.

³⁷ O Centro Estadual de Cultura passou a se chamar Centro Estadual de Civismo e Cultura, em 1971. Cf. Folha de S. Paulo, 11 nov. 1971. Ilustrada, p. 45; Cf. Decreto de 9 de novembro de 1971.

³⁸ Cf. Folha de S. Paulo, 19 jan. 1975. Caderno de Domingo, p. 36; Idem, 12 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 4.

³⁹ Cf. Folha de S. Paulo, 9 out. 1971. Primeiro Caderno, p. 8. Ver também: Idem, 30 set. 1971. Ilustrada, p. 35.

⁴⁰ Cf. Fundador do museu: Estado de S. Paulo, 18 mar. 1971. Geral, p. 14; Diretor do museu: Cf. Idem, 27 dez. 1953. Geral, p. 2; Idem, 13 jan. 1962. Geral, p. 48; Idem, 14 jul. 1963. Geral, p. 13; IPHAN: Cf. Idem, 22 ago. 1971. Geral, p. 32; Folha de S. Paulo, 4 mar. 1961. Ilustrada, p.2; Estado de S. Paulo, 27 set. 1945. Geral, p. 5.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

D. Baby, a fim de orientá-la quanto ao valor, aparentemente baixo, fixado para a venda do conjunto⁴¹, já na posição de especialista em artefatos históricos.

Nos Congressos Nacionais de Museus sediados tanto em Ouro Preto/MG (1956) como em São Paulo (1959), Antônio de Almeida esteve presente, inclusive, apresentando para os congressistas em São Paulo a tese acerca do seu museu mineiro, que incita a “[...] apresentação da história do Brasil através da instalação de um museu regional em casa histórica, abrangendo, no caso, o ciclo da mineração do ouro nas Minas Gerais”⁴².

Esse movimento memorialístico foi observado também durante as discussões de constituição do museu-casa que homenagearia Guilherme de Almeida. O museu pensado para o escritor paulista pode ser problematizado, tendo em vista sua finalidade como um museu cívico do Estado de São Paulo, em que através de sua coleção os principais eventos conclamados como vanguardas paulistas aparecem explicitados na museografia da Casa Guilherme de Almeida, que em última instância, constitui um lugar de memória para os feitos do escritor.

[...] *Homenagem. A ideia de se preservar a Casa de Guilherme de Almeida – e não criar um museu, como foi noticiado – partiu do prof. Raimundo de Menezes, diretor do Departamento de Cultura da recém-terminada administração municipal. Ele comunicou-se com d. Baby Barrozo de Almeida, viúva do poeta, que concordou, porque via nisso a melhor forma de homenagear a memória do marido [...]* (Estado de S. Paulo, 18 mar. 1971. Geral, p. 14).

Como já foi citado, o processo de musealização do imóvel e da coleção de Guilherme de Almeida foi iniciado em 1974, com as tratativas iniciais para desapropriação amigável do imóvel. O objetivo inicial na aquisição baseava-se na iniciativa de se criar um centro de pesquisas culturais ligado ao Museu do Modernismo⁴³. O ambiente favorável também pode ser explicitado na definição do Hino oficial do Estado de São Paulo, haja vista que naquele mesmo ano, um dia após as comemorações de 9 de julho, o então Governador Laudo Natel

⁴¹ De acordo com a reportagem, “A Casa da colina continuará do poeta”, o Sr. Pedro de Oliveira Ribeiro, acadêmico paulista, também apontou que o valor indicado não era condizente, pois “[...] Quando se trata de peças de valor histórico os preços devem ser aumentados em 20 por cento do seu valor real”. E segundo os dois intermediários “[...] não faltam objetos históricos na casa de Guilherme de Almeida”. (Estado de S. Paulo, 18 mar. 1971. Geral, p. 14).

⁴² Ouro Preto/MG (1956): Cf. Estado de S. Paulo, 24 jul. 1956. Geral, p. 40; São Paulo (1959): Cf. Idem, 16 dez. 1959. Geral, p. 11.

⁴³ Cf. Processo 42.678/74, p. 168.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

11

revogou a decisão do ex-governador Abreu Sodré⁴⁴, estabelecendo o poema de Guilherme de Almeida, “Hino dos Bandeirantes”, como hino do Estado⁴⁵.

No que diz respeito à teia de relações que podem ser elencadas nessa musealização, pode-se apontar também a presença de Antônio de Almeida na interlocução estabelecida entre Sodré e Martins na criação do Museu de Arte Sacra, haja vista que Almeida fez parte do primeiro Conselho de Orientação desta instituição. O Conselho era composto conjuntamente pelo Sr. Pedro de Oliveira Ribeiro Neto, diretor do museu, que também fez parte do Conselho Estadual de Cultura, como membro da Câmara de Artes, e da Academia Paulista de Letras, frequentada tanto por Guilherme de Almeida como por Arrobias Martins⁴⁶.

A viúva de Almeida, a Sr^a Belkiss de Almeida, firmou acordo com o poder público por intermédio do seu sobrinho Flávio de Almeida⁴⁷, neste caso, seu procurador⁴⁸. Nesse mesmo sentido, tanto os membros do Conselho Estadual de Cultura como o sobrinho do poeta homenageado, o Sr. Flávio de Almeida, também devem ser evidenciados.

Para esse argumento, pode ser citado o encaminhamento proposto em fevereiro de 1975, endereçado à Sr^a Maria de Lourdes Teixeira, presidente da Câmara de Letras, do Conselho Estadual de Cultura. Tal personagem inclusive esteve presente na cerimônia de sepultamento de Guilherme de Almeida, em 1969.

[...] Devidamente autorizado por D. Baby de Almeida, viúva do saudoso Dr. Guilherme de Almeida, venho pela presente confirmar a concordância da mesma quanto ao laudo avaliatório dos bens deixados por seu marido, tendo em vista a desapropriação e aquisição em estudo pela Fazenda do Estado, dos referidos bens, entre os quais incluem-se quadros, móveis, prataria, objetos, biblioteca, e imóvel e terreno (25 fev. 1975, SEC 42.678/74, p. 50).

⁴⁴ De acordo com a Lei nº 9.854, de 2 de outubro de 1967, o Governador Abreu Sodré define: “[...] como hino oficial do Estado de São Paulo, o “Hino dos Bandeirantes”, cuja letra e tema invocarão os feitos históricos dos paulistas, ressaltando o dinamismo do seu povo, o seu amor ao trabalho, a pujança do seu progresso e a sua decidida vocação para a liberdade”.

⁴⁵ A lei nº 9.854, foi revogada com o intuito de definir a autoria do poema. De acordo com a lei nº 337, de 10 de julho de 1974, fica estabelecido “[...] como letra do Hino Oficial do Estado de São Paulo o poema ‘Hino dos Bandeirantes’, da lavra do dr. Guilherme de Almeida, nos termos da cessão de direitos autorais, feita ao Governo do Estado de São Paulo, por dona Belkiss Barrozo de Almeida, na qualidade de viúva e única herdeira do ‘Príncipe dos Poetas’”.

⁴⁶ Conselho de orientação: Cf. Folha de S. Paulo, 17 nov. 1969. Folha Ilustrada, p. 2; Idem, 02 nov. 1969. Vida Social, p. 2; Diretor do MAS: Cf. Idem, 17 nov. 1969. Folha Ilustrada, p. 2; Câmara de Artes e APL: Cf. Idem, 20 set. 1974. Turismo, p. 22.

⁴⁷ Cf. SEC 42678/74, p. 50.

⁴⁸ Cf. SEC 42678/74, p. 252.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

12

Para compreender a “concordância” apontada por Flávio de Almeida, e consequentemente, a musealização imposta ao conjunto da família do escritor, faz-se necessário explorar o processo SEC 42.678/74, salvaguardado na Secretaria de Estado da Cultura, na Unidade de Preservação do Patrimônio Museológico (UPPM).

3. APONTAMENTOS DA TRANSPOSIÇÃO DO IMÓVEL PARA A FABRICAÇÃO DO MUSEU, ATRAVÉS DOS AGENTES MUSEALIZADORES

A princípio, deve-se ter em vista a participação dos agentes musealizadores apresentados até aqui. Tratam-se das ações articuladas tanto pelos familiares como pelos membros do poder público, que facilitaram o estabelecimento de um ambiente político favorável. Exemplificada, pela atuação de Roberto Abreu Sodré e Luiz Arrobas Martins, que ao final da década de 1960 e anos iniciais de 1970, atuaram de forma a privilegiar, na gestão pública, práticas culturais que envolveram a criação de museus públicos.

Sodré e Martins, que também estavam presentes na cerimônia de sepultamento de Almeida, naquela oportunidade indicaram que possuíam relações próximas ao escritor. Sodré manifestou que possuía amizade com o escritor desde o tempo de adolescência, reflexo provavelmente, de seu casamento com Maria do Carmo Melão de Abreu Sodré, que era sobrinha de Guilhermina Pinho de Almeida, esposa de Tácito de Almeida.



Imagem 3- Belkiss (1), Sodré (2), Almeida (3) e Martins (4).
(Arquivo Público do Estado - BR_APESP_SEGOV_ICO_NEG_2013_01, grifo nosso)

Ao longo de sua carreira como político, Sodré também esteve próximo do escritor em diversas oportunidades, como o caso da entrega da medalha que o homenageava como

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

13

Príncipe dos Poetas. Enquanto que Martins, este mais próximo de Sodré, paralelamente, possuía grande contato com o sobrinho de Almeida, o Sr. Flávio Pinho, tanto no MAM como no Conselho Estadual de Civismo e Cultura, criado por Martins. Tais envolvimento favoreceram o estabelecimento de um ambiente político para a musealização.

Os agentes familiares, inseridos nesse contexto favorável, iniciaram as primeiras tratativas para a musealização. Em novembro de 1974, o irmão de Guilherme, o então diretor do Museu do Ouro de Sabará, Antonio de Almeida, encaminhou uma correspondência endereçada ao então Secretário da Cultura Esporte e Turismo do Estado de São Paulo, o Sr. Pedro de Magalhães Padilha, apontando o primeiro aceite em relação à venda do imóvel pela viúva do escritor.

[...] venho confirmar os termos dos entendimentos verbais que, por gentileza sua, mantivemos a respeito do destino a ser dado pelos poderes públicos paulistas ao patrimônio literário, artístico, documental e histórico deixado por Guilherme de Almeida, isto é, sua casa na colina do Pacaembu e o acervo nela abrigado. [...] Como esse acervo, [...] constitui com a casa uma unidade, formando continente e conteúdo um todo indecomponível, é vontade expressa de D. Baby e minha que nas decisões a serem estabelecidas fique bem claro que, uma vez determinado o que deverá permanecer na casa, não se venha futuramente a dispersar, sejam quais forem os motivos alegados, nenhuma parte desse valioso acervo por ela carinhosamente conservado intacto até o presente. Preservar-se-iam assim nessa morada, com sua poética mansarda debruçada sobre a Paulicéia, que abrigou o Poeta de São Paulo por vários anos, elementos preciosos para o estudo de toda uma fase de importância capital de nossa literatura. Transformar-se-á desse modo a casa de Guilherme de Almeida num núcleo de pesquisas [...] e que passaria a funcionar como órgão mais importante do grandioso instituto cultural que será o Museu do Modernismo [...] Desejo colocar-me à disposição da Secretaria de Cultura para os entendimentos posteriores a respeito do assunto, que igualmente poderá ser tratado com meu sobrinho Flávio Pinho de Almeida, incluído, aliás, por V. Exa., na Comissão que implantará nesta capital o Centro de Civismo e Cultura [...] (18 nov. 1974, SEC 42.678/74, p. 2-3, grifo nosso).

Abaixo seguem trechos do conteúdo do processo que indicam importantes elementos da construção argumentativa elaborada para justificar a musealização do conjunto de Almeida, tanto pelos agentes familiares como pelos políticos. Nesse sentido, o Secretário-Geral do Conselho Estadual de Cultura, o Sr. José Geraldo Nogueira Moutinho, encaminhou, em janeiro de 1975, um elenco de argumentos e a indicação de uma medida administrativa necessária para a musealização: a desapropriação do imóvel:

“[...] É intenção de Vossa Excelência criar nesta capital, por sugestão da Câmara de Letras do Conselho Estadual de Cultura, o Museu do Modernismo. Perpetuará essa instituição, na metrópole em que o Movimento Modernista eclodiu, em 1922, a

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

14

lembrança desse evento fundamental em nossa evolução estética. [...] Nessa ordem de ideias, não poderia haver acervo de maior valor do que o deixado pelo poeta Guilherme de Almeida, uma das principais figuras do Movimento de 1922. Acumulados em sua residência da rua Macapá [...] conjunto do maior interesse para a cultura nacional. Todavia, no caso de Guilherme de Almeida, dadas as características pessoalíssimas da residência em que viveu e trabalhou durante longos anos, o próprio imóvel deveria ser desapropriado, a fim de que a mansarda do Poeta, cenário amorosamente por ele composto, se preservasse intacta [...] (8 jan. 1975, SEC 42.678/74, p. 8-9, grifo nosso).

Após esse pronunciamento sobre a importância do acervo, o Secretário Padilha, no final de janeiro de 1975, designou uma comissão de avaliação para o conjunto. Dela faziam parte dois personagens presentes na cerimônia de sepultamento de Almeida, o Sr Pedro Oliveira Ribeiro Neto e a Srª Maria de Lourdes Teixeira⁴⁹. O primeiro foi Diretor do Museu de Arte Sacra (de cujo conselho o sobrinho de Almeida fazia parte) e um dos primeiros avaliadores que indicou conjuntamente com Antônio de Almeida, o baixo valor ofertado a princípio⁵⁰. A segunda, fazia parte do, neste caso de musealização, destacado Conselho Estadual de Cultura, na posição de Presidente da Câmara de Letras. Por fim, também avaliou o conjunto a Srª Fulvia de Carvalho Lopes, Vice-Presidente da Câmara de Letras (SEC 42.678/74, p. 53).

Em março de 1975, após o parecer da comissão, Padilha encaminhou para o Governador Laudo Natel, este em seus últimos dias de mandato, uma “exposição de motivos” para a compra do conjunto,

“[...] Temos a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência proposta de desapropriação da casa do poeta [...] com a finalidade de transformar esse imóvel num centro de pesquisas culturais, ligado ao Museu do Modernismo, a ser criado juntamente às outras entidades congêneres da Secretaria de Cultura, Esportes e Turismo. [...] Preservará dessa forma, o Estado, um patrimônio cultural da maior importância, ao mesmo tempo que presta condigna homenagem ao poeta a quem deve nosso povo algumas das mais belas páginas de emoção lírica e cívica (4 mar. 1975, SEC 42.678/74, p. 51, grifo nosso).

A desapropriação que caberia a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário não foi realizada até janeiro de 1976, situação que complicou o andamento do processo e seu consequente arquivamento temporário (SEC 42.678/74, p. 57-58). E é nesse ínterim que uma nova articuladora aparece nesse processo de musealização. Trata-se de Yolanda Camargo de

⁴⁹ Cf. Nota de rodapé 16.

⁵⁰ Cf. Nota de rodapé 32.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

15

Paiva Loureiro, neta de D. Olivia Guedes Penteadó, mecenas, incentivadora do movimento modernista paulista e membro do grupo SPAM, associada a Guilherme de Almeida.

Na condição de Chefe de Gabinete, da Primeira-Dama Sr^a Lila B. Egydio Martins, casada com o então governador Paulo Egydio Martins, Yolanda Loureiro encaminhou em abril 1976 uma solicitação de esclarecimentos à Procuradoria do Patrimônio Imobiliário, endereçada ao Sr. Tomaz Francisco de Madureira Pará Filho:

[...] Recebemos um pedido dirigido à Dona Lila B. Egydio Martins, notificando que o processo da expropriação da casa do poeta Guilherme de Almeida, encontra-se nessa Procuradoria. D. Baby Almeida, viúva do poeta, está preocupada com referência ao andamento do referido processo, tendo em vista o decreto ter sido publicado no D.O. entre 10 e 15 de março de 1975. Agradecendo a atenção que dispensar a este pedido, ficaremos aguardando esclarecimentos pormenorizados para que assim possamos informar à interessada adequadamente. Atenciosamente, Yolanda Loureiro, Chefe de Gabinete (2 abri. 1976, ofício C.GSG.180/76, SEC 42.678/74, p. 222, grifo nosso).

Ao que tudo indica quem se pronunciou sobre o andamento do processo foi o Sr. José Moutinho, agora na condição de diretor da coordenadoria do Patrimônio Cultural, da Secretaria da Cultura, Ciências e Tecnologia. Dessa forma, Yolanda Loureiro entrou em contato diretamente com o Chefe de Gabinete do Secretário da Cultura:

[...] Prezado senhor [dr. Geraldo Pinto Rodrigues, Chefe de Gabinete do Sr. Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia], vimos por meio deste enviar um xerox da carta que recebemos do Dr. José Geraldo Nogueira Moutinho, sobre a compra da casa e do acervo do poeta Guilherme de Almeida, a pedido de D. Lila B. Egydio Martins. Pedimos a gentileza de verificar a viabilidade e apressamento desses processos, para bem informar D. Baby de Almeida, viúva do poeta que nos procurou pessoalmente. Certos de sua atenção, aguardamos uma breve resposta. (23 abr. 1976, SEC 42.678/74, of. GSG. 87/76, p. 59, grifo nosso).

Paralelamente, em maio de 1976, Loureiro encaminhou ao Sr. Dr. Tomaz Pará Filho, da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário outra solicitação de esclarecimentos,

[...] Com os nossos cumprimentos, reiteramos nossa solicitação feita através da C.GSC.180/76 de 2 de abril p.p., em atenção ao pedido dirigido à Dona Lila B. Egydio Martins. Trata-se do processo no. 688/75, da casa do Poeta Guilherme de Almeida referente a expropriação. Certos de merecermos sua atenção, aguardamos pronunciamento a respeito (28 mai. 1976, SEC 42.678/74, C.GSC.317/76, p. 238, grifo nosso).

É possível concluir que, após essa articulação, o processo retornou ao seu normal andamento, seguindo à Secretaria de Cultura, haja vista que em novembro de 1976 o novo Secretário da Cultura, Ciência e Tecnologia, o Sr. Max Feffer, designou uma nova comissão composta pelo Sr. Francisco de Assis Barbosa, Sr^a Aracy Abreu Amaral e Sr. Luiz Ernesto

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

16

Machado Kawall, para a avaliação do conjunto (SEC 42.678/74, p. 71). Em maio de 1977 a Comissão encaminhou ao Secretário uma nova avaliação indicando que Yolanda Loureiro esteve presente, inclusive, na recepção dos avaliadores.

[...] Nomeados por Vossa Excelência para conferir e reavaliar o acervo da Casa de Guilherme de Almeida, [...] estivemos na residência em epígrafe, onde, atendidos pela viúva D. Baby de Almeida, por D. Yolanda Maria Guedes Penteado Martins Camargo de Paiva Loureiro e Sr. Wanderley Prevatto, [...] consideramos razoável os valores atribuídos aos objetos [...] o total da aquisição dos bens e móveis, importância, pois, em Cr\$ 2.456.956,70 [...] (2 mai. 1977, SEC 42.678/74, p. 77-78, grifo nosso).

Como reconhecimento ao empenho de Yolanda Loureiro, a viúva Sra. Belkiss e seu filho Guy de Almeida encaminharam um pedido ao Secretário de Cultura em setembro de 1977, sugerindo que a articuladora fosse nomeada como “Conservadora” do museu.

[...] Vimos por meio desta, agradecer o interesse e a atenção de V.Exa [Max Feffer], para o bom andamento dos processos referentes a Casa e Acervo de Guilherme de Almeida. Gostaríamos de ressaltar o trabalho de D. Yolanda Camargo de Paiva Loureiro, localizando os processos parados há tantos anos. Com sua habitual cortesia e constância no trabalho, características de sua personalidade, manteve ótimo relacionamento com todas as pessoas ligadas diretamente aos processos. Por esse e outros motivos vimos solicitar a V.Exa. designação de d. Yolanda para compor o quadro da Diretoria da ‘Casa Guilherme de Almeida’, no cargo de “Conservadora”. Esta solicitação prende-se ao seu grande interesse em resolver rapidamente nosso problema, como aos laços de amizade que unem nossas famílias há tantos anos. Sendo neta de D. Olívia Guedes Penteado, grande amiga de Guilherme, gostaríamos de ter em nossa Casa alguém que realmente admira, gosta e zelará por tudo quanto nos pertenceu. Temos certeza de que d. Yolanda reúne todas as qualidades para organizar e administrar nossa Casa. Sua Cultura e capacidade de trabalho, seu largo relacionamento em S. Paulo, mormente nos meios intelectuais e artísticos, fazem dela a guardiã ideal da Casa de Guilherme de Almeida. Agradecendo mais uma vez o interesse de V.Exa., reiteramos o pedido em favor de d. Yolanda Camargo de Paiva Loureiro para o cargo acima referido, pois vem de encontro ao desejo de toda a família de Guilherme de Almeida (15 set. 1977, SEC 42.678/74, p. 126, grifo nosso)

Por fim, conforme apresentado no Recibo de Chaves, de novembro de 1977, o acordo foi selado com o governador Paulo Egydio Martins após a entrega das chaves do imóvel expropriado. Foi concluído mediante a assinatura da “escritura de desapropriação amigável lavrada no Tabelionato Arruda Botelho” no emblemático Palácio dos Bandeirantes, pela Sr.^a Belkiss de Almeida. E, ao que tudo indica, a Sra. Yolanda Loureiro não assumiu a instituição, haja vista que a museóloga Waldisa Russio, envolvida diretamente na adequação do conjunto, no ponto de vista teórico da museologia, apresentou-se já em maio de 1978 como responsável pela Direção da Casa Guilherme de Almeida (of. CGA-no. 25/78, SEC 42.678/74).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na teoria museológica a musealização é pensada como a transposição de um item do cotidiano da sociedade e a valoração deste item em seu caráter simbólico, informativo e problematizado (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013: 57). Neste estudo de caso apresentou-se uma alternativa a esse movimento, inserindo no processo de transferência para um museu as motivações de caráter político e, conseqüentemente, pessoais que na Casa Guilherme de Almeida atrelaram-se às questões culturais, históricas, memorialísticas e preservacionistas inerentes a um museu.

A fabricação desse espaço musealizado deve ser pensada como a construção de uma narrativa histórica que procura dar sentido ao passado. O questionamento sobre esse objeto tem que ser problematizado na chave que posiciona o presente como um dos fatores de construção do passado, na medida em que os sujeitos do presente resgatam os eventos que aconteceram, através de suas expectativas, adequando o passado.

Evidentemente que o homenageado foi uma figura de relevo político e cultural, mas deve-se ter em vista as articulações propostas ao longo do processo de musealização, que apontam novos caminhos para o entendimento desse movimento de valorização de um sujeito. Fatores que autorizam o questionamento sobre os motivos que levaram agentes políticos, inseridos direta ou indiretamente na gestão pública, na constituição desse espaço, à medida que se explicita que há uma eleição do poder público, motivada por agentes de convívio próximo do homenageado.

Foi evidenciada a participação desses agentes políticos, para que o processo de musealização fosse tratado de forma historicizada. Para tanto, se fez necessário investigar os movimentos políticos e pessoais que levaram, em última instância, a constituição desse museu que se tornou um lugar de memória tanto da trajetória do escritor Guilherme de Almeida, como espaço de rememoração das vanguardas, conclamadas como provenientes de São Paulo.

Os proponentes do museu buscavam evidenciar sua proposta de homenagem, que em seu tempo presente, justificava-se pela relevância que eles atribuíam ao escritor. Dessa forma, os argumentos apontados garantiram a musealização, naquele tempo. Posteriormente, esse movimento assegurou a noção de continuidade, diante da necessidade de se estabelecer

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

referenciais do passado no presente, garantindo assim uma memória eleita, de um herói caro ao patrimônio moral e intelectual das elites políticas paulistas, em um cenário público.

A fabricação da Casa Guilherme de Almeida estabeleceu nesse lugar um território de “pertencimento”, de “coesão” da memória e, portanto, “promotor” de identidade a partir tanto do acervo salvaguardado como, principalmente, através da biografia do patrono da instituição. Tendo em vista que cada época tem sua relação com o tempo, ou seja, seu regime de historicidade (HARTOG, 2014:13), tendo em vista os proponentes do museu, pode-se perceber que a memória acerca do escritor foi adequada, tanto no sentido de “amoldada”, como no de “pertinente”.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. A fabricação do imortal. Memória, História e Estratégias de Consagração no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.
- ALMEIDA, Guilherme de. Toda Poesia: Guilherme de Almeida. Tomo VI, São Paulo: Livraria Martins Editora, 1952.
- BARROS, Frederico Ozanam Pessoa de. Guilherme de Almeida: Literatura Comentada. São Paulo: Abril Educação, 1982.
- BOSI, Alfredo. História concisa da literatura brasileira. São Paulo: Cultrix, 2013
- CAMPINAS. Lei n. 3752, de 29 de janeiro de 1969. Cria o cargo de Assessor em Museologia que foi ocupado por Guilherme de Almeida. Diário Oficial do Município, Campinas, 30 jan. 1969. Disponível em: <<https://bibliotecajuridica.campinas.sp.gov.br/index/visualizaratualizada/id/99636>>. Acessado em 26 de maio de 2016.
- CANDIDO, Antônio. Iniciação à literatura brasileira: resumo para principiantes. 3. ed. S. Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.
- CASTRO Jr, Clementino de Souza e. Cunha em 1932. São Paulo: Rev. dos Tribunais, 1935. 144p.
- DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F. Conceitos-chave de Museologia/André Desvallées e François Mairesse, editores; Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury, tradução e comentários. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 2013.
- DUARTE, Paulo. Mario de Andrade por ele mesmo, edição comemorativa dos 40 anos de falecimento de Mario de Andrade. Editora Hucitec, Prefeitura do município de São Paulo, Secretaria Municipal de Cultura, 1985.
- ESTADO DE S. PAULO, São Paulo, 10 mai. 1940. Geral, p. 7.
- _____. 11 jan. 1945. Geral, p. 8.
- _____. 27 set. 1945. Geral, p. 5
- _____. 27 dez. 1953. Geral, p. 2
- _____. 24 jul. 1956. Geral, p. 40
- _____. 16 jul. 1958. Geral, p. 9
- _____. 16 dez. 1959. Geral, p. 11
- _____. 26 jan. 1960. Geral, p. 12.
- _____. 13 jan. 1962. Geral, p. 48
- _____. 14 jul. 1963. Geral, p. 13

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

- _____ . 28 nov. 1967. Geral, 46
- _____ . 16 jun. 1968. Geral, p. 27.
- _____ . 11 mar. 1969. Geral, p. 3
- _____ . 09 jul. 1969. Geral, p. 22
- _____ . 12 jul. 1969. Geral, p. 11-12
- _____ . 24 jul. 1969. Geral, p. 6; 16.
- _____ . 02 ago. 1969. Suplemento Literário, p. 3
- _____ . 08 jan. 1970. Geral, p. 13
- _____ . 11 jan. 1970. Geral, p. 26.
- _____ . 22 out. 1970. Geral, p. 22
- _____ . 29 out. 1970. Geral, p. 22
- _____ . 01 nov. 1970. Geral, p. 18
- _____ . 18 mar. 1971. Geral, p. 14
- _____ . 22 ago. 1971. Geral, p. 32.
- _____ . 29 mai. 1973. Geral, p. 18
- _____ . 14 out. 1973. Geral, p. 33.
- _____ . 31 mai. 1974. Geral, p. 8.
- _____ . 20 dez. 1974. Geral, p. 10.
- _____ . 27 mai. 1977. Geral, p. 31.

FERREIRA, Antonio Celso. A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo, SP: Editora UNESP, 2002.

FOLHA DE S. PAULO, São Paulo, 4 mar. 1961. Ilustrada, p.2

- _____ . 12 jul. 1969. Primeiro Caderno, p. 1; Folha Ilustrada, p. 1
- _____ . 02 nov. 1969. Vida Social, p. 2.
- _____ . 17 nov. 1969. Folha Ilustrada, p. 2
- _____ . 9 jan. 1970. Ilustrada, p. 23.
- _____ . 10 jan. 1970. Ilustrada, p. 18
- _____ . 30 set. 1971. Ilustrada, p. 35.
- _____ . 9 out. 1971. Primeiro Caderno, p. 8
- _____ . 11 nov. 1971. Ilustrada, p. 45
- _____ . 12 abr. 1972. Primeiro Caderno, p. 4.
- _____ . 20 set. 1974. Turismo, p. 22.
- _____ . 19 jan. 1975. Caderno de Domingo, p. 36
- _____ . 06 fev. 1975. Primeiro Caderno, p. 4
- _____ . 3 de jul. 1990. Cidades, C-3.

FONSECA, Maria Augusta. Oswald de Andrade: biografia. 2a ed. São Paulo: Globo, 2007.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo horizonte: Autêntica, 2014.

JORNAL DAS TRINCHEIRAS, São Paulo, 8 set. 1932, Número 8, p. 1.

MEMÓRIA E ACERVOS DOCUMENTAIS. O ARQUIVO COMO ESPAÇO PRODUTOR DE CONHECIMENTO

De 26 a 28 de julho de 2016 – Unicamp, Campinas – SP

20

JORNAL DE NOTÍCIAS, São Paulo, 13 abr. 1946. Principal, p.2.

LEMPERIERE, Annick, “La historiografía del Estado en Hispanoamérica. Algunas Reflexiones”. In: Guillermo Palacios (coord.). Ensayos sobre la nueva Historia Política de América Latina, siglo XIX. México: El Colegio del Mexico, 2007.

LOFEGO, Silvio Luiz. IV Centenário da Cidade de S. Paulo: uma cidade entre o passado e o futuro. S. Paulo: Annablume, 2004.

MELO, Luis Correa. Dicionário de autores paulistas. São Paulo: Irmãos Andriolis, 1954. (Comissão do VI Centenário da cidade de São Paulo).

MASSAUD, Moisés. A literatura Brasileira: através dos textos. São Paulo: Cultrix, 2012.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. São Paulo: PUC-SP. N° 10. 1993.

SÃO PAULO. Projeto de Lei n. 357, de 1950. Autoriza a doação de terreno municipal constituído pelas ruas situadas ente a Rua Santo Antônio, Viaduto 9 de Julho e Avenida 9 de Julho à União Cultural Brasil-Estados Unidos, através do processo n. 3.835. Câmara Municipal, São Paulo. Lei n. 4.171, de 4 jan. 1952. Disponível em: <<http://www2.camara.sp.gov.br/projetos/1950/00/00/08/YK/000008YKH.PDF>>. Acessado em 26 de maio de 2016.

_____. Decreto n. 52.161, de 11 de julho de 1969. Institui luto oficial por três dias. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 11 jul. 1969, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52161-11.07.1969.html>>. Acessado em 26 de maio de 2016.

_____. Decreto n. 52.162, de 11 de julho de 1969. Autoriza sepultamento no Mausoléu de Soldado Constitucionalista. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 11 jul. 1969. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52162-11.07.1969.html>>. Acessado em 26 de maio de 2016.

_____. Decreto-lei n. 136, de 13 de julho de 1969. Dispõe sobre concessão de pensão mensal. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 23 jul. 1969. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto.lei/1969/decreto.lei-136-23.07.1969.html>>. Acessado em 26 de maio de 2016.

_____. Decreto n. 52.223, de 25 de julho de 1969. Dá denominação a estabelecimento de ensino. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 25 jul. 1969. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52223-25.07.1969.html>>. Acessado em 26 de maio de 2016.

_____. Lei n. 337, de 10 de julho de 1974. Revoga o artigo n. 9.854, de 2 de outubro de 1967, e institui, como letra do Hino Oficial do Estado de São Paulo o poema ‘Hino dos Bandeirantes’. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 10 jul. 1974. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1974/lei%20n.337.%20de%2010.07.1974.htm>>. Acessado em 26 de maio de 2016.

_____. Decreto de 9 de novembro de 1971. Modifica a denominação do Grupo Executivo de Organização do Centro Estadual de Cultura - GEOCEC. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. 9 nov. 1971. Disponível em: <<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1969/decreto-52162-11.07.1969.html>>. Acessado em 27 de maio de 2016.